

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Decreto nº 66.373/21 e Portaria SRE nº 14/22

TEMA	PERGUNTA/RESPOSTA	LEGISLAÇÃO
Operações interestaduais	1. Quando o consumidor adquire energia elétrica de fornecedor localizado em outro estado, como deve proceder em relação à emissão de Nota Fiscal e escrituração? Resposta - nessa hipótese, o consumidor se configura como contribuinte do ICMS, portanto deve emitir NF-e com destaque do imposto, ficando dispensado de entrega de GIA e EFD caso opte pelo Regime Simplificado previsto na legislação. Não exercendo tal opção, deve escriturar o débito correspondente diretamente no Registro de Apuração.	Portaria SRE 14/22, artigo 15, I, "a" e § 5º; artigos 16, 17 e 18.
	2. Qual CFOP deve ser utilizado na operação? Resposta - o CFOP utilizado deve refletir a entrada de energia e corresponder à atividade econômica do consumidor, situando-se na faixa de 1252 a 1256.	Portaria SRE 14/22, Anexo II, item 12.
	3. É quanto ao preço unitário do MWh e ao cálculo do valor do ICMS? Resposta - o preço unitário da energia elétrica objeto de entrada no estado de São Paulo resulta da divisão do valor da operação pela quantidade efetivamente consumida. O imposto devido corresponde à multiplicação da alíquota pela base de cálculo, que deve ter o ICMS integrado a ela ("Cálculo por dentro").	Portaria SRE 14/22, artigo 15, § 2º; itens 4, "d" e 5.
	4. Caso o consumidor tenha direito a crédito pela utilização da energia como insumo em processo de industrialização, como escriturar débito e crédito? Resposta - nessa hipótese, o valor do débito correspondente deve ser escriturado diretamente no Registro de Apuração da EFD, assim como o crédito a que o contribuinte tenha direito, referenciando a NF-e emitida.	Portaria SRE 14/22, artigo 15, § 5º; Lei Complementar 87/96, artigo 33, II; Decisão Normativa CAT 01/2001.
	5. Como deve ser recolhido o imposto devido? Resposta - sendo o consumidor contribuinte sujeito ao RPA - Regime Periódico de Apuração, o imposto a pagar deve ser escriturado diretamente no Registro de Apuração. Em todos os outros casos, o imposto deve ser recolhido por meio de DARE, sob o código de receita 115-01.	Portaria SRE 14/22, artigo 15, III e § 5º.
Regime Tributário Simplificado para consumidores não contribuintes regulares do ICMS	6. Consumidores não regulares do imposto, como hospitais, shopping centers, universidades, devem obter inscrição estadual antes de vender excedentes (cessão de montantes) ou adquirir energia elétrica de comercializadores, geradores ou outros consumidores de outros estados? Resposta - sim, esses consumidores se tornam contribuintes do ICMS ao praticar tais operações e devem obter inscrição estadual junto à Fazenda (ver tema "Consumidor - outros"). Poderão, no entanto, aderir ao Regime Simplificado Tributário previsto na Portaria SRE 14/22, desde que a sua condição de contribuinte decorra exclusivamente da prática dessas operações. O regime consiste na emissão de NF-e e recolhimento do imposto, dispensando o contribuinte da entrega de GIA e da EFD. Sua vigência se inicia no primeiro dia do mês seguinte à entrega de Termo de Adesão ao regime (veja pergunta abaixo).	Portaria SRE 14/22, artigos 14, 15 e 16. Portaria SRE 14/22, artigos 17 e 18.
	8. Onde posso obter o Termo de Adesão ao Regime Tributário Simplificado e onde devo entregá-lo? Resposta - modelo do Termo pode ser baixado pelo Portal da Sefaz, a partir do endereço https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/energia-eletrica/Paginas/Downloads.aspx e deve ser protocolado presencialmente em um Posto Fiscal ou via atendimento online, no Portal da Sefaz, pelo link https://portal.fazenda.sp.gov.br/Paginas/Atendimento.aspx .	
	9. A prestação da Devec continua sendo obrigatória? Resposta - não. Até 14/04/22, a Devec referente ao consumo de energia elétrica do mês de março deverá ser entregue. Depois disso, essa obrigação não será exigida.	A Portaria CAT 97/09 foi revogada.
Devec	10. É possível retificar uma Devec já prestada? Resposta - sim, caso a Devec tenha sido prestada com dados incorretos, o declarante poderá regularizá-la, devendo apresentar no Posto Fiscal o formulário para pedido de saneamento da declaração, disponível em https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/devec/Paginas/Downloads.aspx , acompanhado dos documentos nele listados. A faculdade de corrigir obrigação tributária, antes de iniciado o procedimento fiscal, é uma garantia do contribuinte, prevista em lei.	
	11. O consumidor ainda tem acesso às Devecs prestadas? Resposta - sim, o sistema da Devec continuará permitindo o acesso do consumidor, mas apenas à funcionalidade de consulta.	
	12. Houve alguma alteração na tributação do ICMS no Mercado de Curto Prazo (MCP)? Resposta - não há previsão na legislação tributária paulista de nenhuma obrigação tributária referente a valores recebidos ou pagos em razão dos processos de contabilização e de liquidação de diferenças promovidos pela CCEE, seja emissão de notas fiscais ou recolhimento de imposto.	
Consumidor - outros	13. No caso de prática de cessão de montantes, há obrigação de emitir Nota Fiscal e recolher ICMS? Resposta - sim, todas as obrigações impostas ao alienante e ao consumidor paulistas se aplicam à cessão de montantes, seja na posição de cedente ou de cessionário. No entanto, apenas para aqueles destinatários cuja condição de substituto tributário ou de contribuinte decorra exclusivamente dessas operações, foi estabelecida disciplina simplificada para dispensar o cumprimento de obrigações acessórias, para fins de lançamento e pagamento do imposto - ver o tema "Regime Tributário Simplificado para consumidores não contribuintes regulares do ICMS".	Portaria SRE 14/22, artigos 14, 16, 17 e 18.
	14. Pode o destinatário se apropriar do crédito do imposto destacado na Nota Fiscal emitida pela empresa distribuidora? Resposta - a possibilidade de aproveitamento do crédito do ICMS destacado em documentos fiscais correspondentes a operações com energia elétrica (Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, modelo 6, e Nota Fiscal eletrônica - NF-e, modelo 55) está condicionada: (i) ao consumo da energia elétrica como insumo no processo de fabricação de mercadorias cuja saída subsequente ocorra com débito do imposto; (ii) à escrituração dos referidos documentos fiscais, com crédito do imposto, no Registro de Entradas integrante da Escrituração Fiscal Digital (EFD), para fins de compensação com o débito do ICMS registrado nas saídas tributadas de mercadorias, escrituradas no Registro de Saídas.	Lei Complementar 87/96, artigo 33, II; RICMS/00, artigo 250-A.
	15. Consumidor não contribuinte regular do ICMS deve se inscrever no cadastro de contribuintes de São Paulo (Cadesp) ao realizar cessão de montantes? Resposta - sim, e também deve obter inscrição Estadual ao adquirir energia elétrica de fornecedor de outro estado (ver o tema sobre o Regime Simplificado). Veja o procedimento para se inscrever em São Paulo: • Acessar o site https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/redesim ; • Clicar no link "Já possui Pessoa Jurídica"; • Escolher "Atos exclusivos no Estado e no Município"; • Clicar em "Inscrição, Reativação ou Atualização Exclusiva no Estado - para estabelecimento já inscrito na RFB".	Portaria SRE 14/22, artigo 19, I
	16. Quem deve emitir NF-e na venda de energia no ACL e em quais hipóteses? Resposta - todo agente do mercado que vender energia no ACL, em qualquer modalidade de alienação, inclusive cessão de montantes, deverá emitir NF-e e recolher o ICMS, se devido, observando as seguintes hipóteses: I - venda de energia para consumo do destinatário: com destaque do imposto; II - venda de energia para revenda ou qualquer outra saída posterior: sem destaque do imposto; III - venda de energia para destinatário estabelecido em outro estado: deve ser obedecida a legislação do daquele estado.	Portaria SRE 14/22, artigo 14, I Portaria SRE 14/22, artigo 14, II Portaria SRE 14/22, artigo 14, III
Venda de energia no Mercado Livre (ACL Ambiente de Contratação Livre)	17. Qual deve ser o valor da operação e o valor unitário da energia nessas operações? Resposta - o valor da operação a constar na nota fiscal deve corresponder àquele efetivamente cobrado do destinatário, conforme disposto em contrato. O valor unitário do MWh é obtido com a divisão do valor da operação pela quantidade de energia destinada ao estabelecimento comprador.	Portaria SRE 14/22, §1º, 2, "c" e "d".
	18. Que quantidade o vendedor deve informar na nota fiscal? Resposta - depende da situação. Na hipótese de venda para consumo, a quantidade que deve constar na nota fiscal de venda corresponde à efetivamente consumida; em caso de venda para saída subsequente, deve-se informar a quantidade de energia prevista no contrato, e em venda para outra UF, a quantidade será aquela prevista na legislação daquele estado.	Portaria SRE 14/22, §2º